



Voz do funcionalismo

Jornal do Sindicato dos Funcionários
Públicos da Prefeitura de Guarujá

Ano VIII – Nova Fase – Nº 95
14 de março de 2014

AGRESSÕES NA 'UPAS'

Profissional da saúde não é saco de pancada

Em vez de se rebelar contra a prefeitura e o péssimo atendimento à saúde da população, covardes agredem os funcionários do setor



Arquivo DL

O pronto-socorro ao lado da estação rodoviária é onde mais os servidores são agredidos pela população

Fotos: Paulo Passos



Márcia Rute, presidenta do Sindserv: 'Ninguém foi vítima de agressão armada, mas houve casos de fraturas, hematomas e sangramento'

As constantes agressões físicas e verbais aos servidores da saúde municipal de Guarujá já passaram do limite. Dia após dia, elas se repetem, sem qualquer providência da prefeitura.

Na quinta-feira passada (13), mais duas companheiras foram

agredidas, no posto de atendimento da rodoviária, onde ocorre a maioria das dezenas de hostilidades.

Chega! O funcionário público do setor não pode mais pagar o pato pelos enormes problemas na área de saúde, cuja responsabilidade cabe à administração municipal.

LEIA NA PÁGINA 2



Para a primeira assembleia, número de participantes foi muito bom

Começa a campanha salarial da data-base

BO E CAT

Sindserv quer providências

As agressões foram tema de reunião, em 26 de fevereiro, entre o Sindserv e o Conselho Regional de Enfermagem (Coren), quando nossa presidenta, Márcia Rute, tomou algumas providências.

Com apoio de aproximadamente 70 servidores, que participaram da reunião, a maioria mulheres, a sindicalista mandou confeccionar faixas com os dizeres 'Sindserv não admite agressão ao profissional da saúde'.

Márcia orienta o pessoal a registrar boletim de ocorrência policial (bo) e comunicação de acidente de trabalho (cat) para providências judiciais posteriores às agressões.

"Não aceitamos que os servidores paguem por um serviço deficitário, de responsabilidade da prefeitura, sendo agredidos pela população. Vai que uma hora dessas acontece uma desgraça", diz a sindicalista.

Ela prepara ofícios à prefeita Maria Antonieta de Brito (PMDB), às secretarias municipais de saúde e segurança, polícia militar, polícia civil e câmara municipal, requerendo proteção aos servidores.

Por sugestão da plenária de fevereiro, o pessoal da saúde passará a trabalhar com uma fita preta no braço, em sinal de protesto com a situação. Nos próximos dias, a sindicalista convocará novas reuniões.

Comunicado do problema por Márcia Rute, o secretário municipal de saúde, Daniel Simões de Carvalho Costa, marcou reunião com o sindicato, nesta terça-feira (18), em seu gabinete.

Ele pediu que a diretoria do Sindserv leve nomes de servidores lotados nas 'upas' para formar uma comissão, com representantes também do sindicato e da prefeitura, a fim de encontrar soluções.



Recente reunião no Sindserv, com representantes do Coren e profissionais dos postos de saúde, debateu o problema

QUEREMOS NEGOCIAR JÁ!

Acompanhe e participe da sua campanha salarial

Somos 6 mil servidores, com uma pauta reivindicatória pronta para negociação, já encaminhada à prefeitura

A pauta de reivindicações da campanha salarial deste ano, para a data-base de abril, foi aprovada na assembleia de 14 de fevereiro, uma sexta-feira à noite.

A presidente do sindicato, Márcia Rute, quer iniciar as negociações imediatamente. O principal ponto é a correção salarial, correspondente à inflação de 24 meses, algo em torno de 12,5%.

A categoria alega que, em 2013, não houve reajuste salarial nem aumento real, mas apenas a transferência de 8% que a prefeitura descontava a título de FGTS para os salários.

Os descontos do fundo de garantia por tempo de serviço terminaram porque, em janeiro de 2013, o funcionalismo deixou de ser

celetista e passou ao regime estatutário.

A assembleia propôs aumento da cesta básica de R\$ 430 para R\$ 550 e vale refeição, corrigido pelo mesmo índice salarial, extensivo aos plantonistas. Outro ponto é a incorporação da cesta básica ao salário.

Mais: uniformes para os servidores operacionais, correção das tabelas por funções, adicional de insalubridade com base no salário mínimo estadual e periculosidade conforme o salário base, licença acompanhante e correção da reposição de pequenos valores.

A assembleia aprovou também reestudo da contribuição previdenciária, para que seja sobre todos os vencimentos, a fim de melhorar a aposentadoria. Por fim, elegeu a comissão de negociação com 13 pessoas.



Fotos: Paulo Passos

Presidenta Márcia Rute, discursa na assembleia de 14 de fevereiro, na sede do sindicato Queremos negociar já!

NA JUSTIÇA

Sindserv libera FGTS de servidores com liminares

O sindicato entregou, em 12 de março, quarta-feira da semana passada, mais 100 alvarás de liberação do fundo de garantia por tempo de serviço (fgts).

Somados a 800 já entregues e mais 100 que serão distribuídos nos próximos dias, o número de beneficiados chega a 1 mil. Os valores vão de R\$ 500

a R\$ 80 mil, mas há quem pegou até R\$ 300 mil.

A presidente do sindicato, Márcia Rute, que também teve seu alvará liberado no lote da semana passada, explica que outros 5 mil deverão chegar ao sindicato nos próximos meses.

O Sindserv pretende liberar cerca

de R\$ 400 milhões por conta da conversão do regime jurídico da categoria, que passou, em 1º de janeiro de 2013, de celetista para estatutário.

O jurídico do sindicato conseguiu liminares da Justiça Federal de Santos contra a Caixa Econômica Federal (CEF), em mandados de segurança.

Ao distribuir os alvarás, a advogada Maria Lúcia de Almeida Robalo lamentou ser “um absurdo ter que recorrer à Justiça para garantir um direito líquido e certo”. Ela anunciou outra ação para corrigir o fundo em até 88%.

O servidor que ainda não ingressou com ação deve procurar o sindicato, independente de ser sócio ou não, para assinar a procuração, explica Márcia Rute.

“Se não tivéssemos tomado essa iniciativa, o funcionalismo teria que esperar três anos pela inatividade da conta e posterior liberação”, comemora a sindicalista. Ela destaca que não há custo para o servidor.



Presidenta do Sindserv, Márcia Rute, na distribuição dos alvarás, na quarta-feira, 12 de março

FGTS

Na Justiça, em busca de perdas

O departamento jurídico do sindicato busca, por meio de ação coletiva na Justiça, a recuperação de perdas no fundo de garantia por tempo de serviço (fgts).

A ação defende que o saldo do fgts deveria ter sido corrigido pelo índice nacional de preços ao consumidor (inpc) e não pela ‘tr’, percentual aplicado pela Caixa Econômica Federal nas contas de cada trabalhador.

Desde 1999, a taxa referencial (tr) não reflete os índices oficiais da inflação anual. Com isso, o saldo do trabalhador na conta do ‘fgts’ vem ficando cada vez mais defasado.

A taxa veio sendo reduzida gradativamente, através dos anos, até que, em setembro de 2012, chegou a zero. Com isso, o dinheiro do fundo de garantia passou a ficar sem correção.

A advogada do sindicato Maria Lúcia de Almeida Robalo explica que os prejuízos variam de 2% a 88%, conforme o período de recolhimento e o ganho de cada trabalhador.

Segundo ela, a demanda se baseia em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), que não reconhece a ‘tr’ para corrigir os valores inflacionários.

A presidente do sindicato, Márcia Rute Daniel Augusto, diz que a diretoria optou por ingressar com ação coletiva, sem qualquer custo ao servidor, porque ela garante a correção para toda a categoria.

A ação tramita na 2ª Vara da Justiça Federal de Santos, em processo nº 0010550-02.2013.4.03.6104.